

Luto e memória das Mães da Saudade de Peixinhos

Catarina Morawska

Que mortes são dignas de lamento? Que vidas merecem lembrança? Estas são as perguntas iniciais da filósofa Judith Butler (2006) em sua reflexão sobre a importância do luto no pós 11 de setembro nos EUA. Cerca de uma semana depois dos atentados, o então presidente Bush declarava o fim do luto e conclamava a todos a apoiá-lo numa ação que pudesse amenizar a dor, a raiva, o choque, e assim restaurar a ordem. Era o início de uma retaliação violenta no Afeganistão e Iraque, e de uma caça às bruxas dentro do país contra aqueles que questionavam a guerra e o cerceamento dos direitos civis que se seguiram aos atentados. Os memoriais espalhados pelo país celebrando a vida dos norte-americanos mortos e o silêncio sobre as milhares de vítimas da guerra denotavam uma clara hierarquia da dor. O luto é legítimo apenas para aqueles cuja vida é reconhecível como uma vida humana. Para os que se situam fora desta fronteira, como as famílias no interior do Iraque e Afeganistão, o obituário é vedado. O que, pergunta Butler, poderia o luto ter feito pelos EUA? Como a reflexão pública sobre a dor poderia ter contribuído para alternativas que não a 'guerra ao terror'? Como o luto pode se transformar, de uma vivência solitária, em uma experiência coletiva capaz de mudar os termos da política moral em jogo?

A hierarquia da dor sobre a qual discorre a filósofa não é estranha a Peixinhos, um dos muitos bairros periféricos de Olinda, que apresenta altos índices de *crimes violentos letais e intencionais* (CVLI).¹ Que mortes são dignas de lamento? Que vidas merecem lembrança? A comoção é enorme quando à vítima se atribui o caráter de *trabalhador, pai de família*, sinais de uma vida tida como plena. Mas há um silêncio quando se supõe que a vítima tenha sido perpetrador da violência. Na região metropolitana de Recife eles são chamados *almas sebosas*, pessoas cuja vida é execrada e cuja morte traz a muitos a sensação de vingança consumada. Sobre a categoria acusatória, Elisângela Maranhão, célebre educadora popular de Peixinhos, explica:

Antes chamavam alma. Então quando qualquer pessoa falava esse cara é alma, ou esse menino é alma, era quem não presta, é marginal, vagabundo, maconheiro, nojento, está à margem da sociedade, é um nada. Historicamente em Peixinhos tinha uma tradição no carnaval das pessoas saírem nas ruas fantasiadas de palhaços em grande grupo e os que saíam vestidos de alma eram pessoas que não podiam comprar fantasia de palhaço, então quando acontecia qualquer tumulto ou briga, roubo, sempre eram os que se vestiam de alma, eles sempre levavam a culpa, e

¹Neste texto será utilizado o itálico para marcar conceitos nativos, tanto aqueles enunciados pelos meus interlocutores de pesquisa no bairro de Peixinhos, Olinda, quanto por agentes do Estado implicados na política estadual de segurança pública em Pernambuco. As aspas simples serão utilizadas para expressões correntes nos circuitos acadêmicos e as aspas duplas para citações de autores, bem como para enunciações de meus interlocutores em campo.

muitas pessoas antigamente em Peixinhos se fantasiavam para brincar e algumas pra cometer algum tipo de delito. Foi aí que começou esse rótulo de alma e depois foi reforçado com o sebosos pois sebosos é o que fede, o nojento, o podre, não presta para nada, não tem jeito nenhum, não é considerado gente, pessoa, humano. (Comunicação pessoal, dezembro de 2011)

Àqueles sobre os quais recai o estereótipo é vedado o obituário público.² Se há dor pela sua perda, que seja solitária e privada. Muitas das mães dos *meninos* mortos em Peixinhos que, como se diz no bairro, “entraram pra vida errada”, vivem o luto solitário e privadamente por anos a fio. Como uma delas, Dona Conceição, disse-me em agosto de 2014: “a dor é sem fim, não termina, só quando eu morrer vai terminar a saudade, a falta”.³

Este artigo propõe levar adiante a reflexão de Butler sobre a hierarquia da dor e luto público ao tratar das Mães da Saudade, um coletivo de mães nascido no seio de uma organização tradicional do bairro – o Grupo Comunidade Assumindo suas Crianças (GCASC) –, que desde 2011 itera pública e coletivamente o obituário de seus filhos e parentes, realiza atos públicos esporádicos e recentemente tentou produzir estatísticas alternativas às oficiais sobre as famílias de *meninos* assassinados ou presos. Pois a despeito das críticas ao caráter policialesco do Pacto pela Vida, política de segurança pública do estado de Pernambuco inaugurada em 2007 (Ratton et al. 2014), o então governador Eduardo Campos recebeu prêmios internacionais pelo sucesso em diminuir os índices de CVLI. Contra o júbilo que mais uma vez apagava o luto das mães da saudade, os jovens do Grupo Comunidade se empenharam em produzir números concorrentes aos do governo estadual tomando por base as casas de Peixinhos a partir da enumeração dos membros da família assassinados: *filho, filha, neto, pai, cunhado, primo, sobrinho, marido, companheiro*. Contrapunham-se, assim, à contabilização da evolução do número de vítimas por *região de desenvolvimento* categorizadas de acordo com *faixa etária e sexo*.

Em que sentido as iniciativas das mães da saudade e dos jovens do Grupo Comunidade carregam o potencial de mudar os termos da política moral que atravessa os *meninos* de Peixinhos,

2 Ao discorrer sobre a categoria 'bandido' no Brasil, Misse (2010) articula as célebres noções de rótulo (Becker 1963) e estigma (Goffman 1962) para defender a de 'sujeição criminal'. O autor está interessado no processo social em que se constrói o sujeito criminoso, o que, segundo ele, aproxima-se da descrição de Agamben (2007) do 'homo sacer' – aquele que não apenas pode ser morto, mas cuja morte é desejada – e cujo poder de assombração se deve à acumulação histórica de longo curso, evidenciada nas categorias de desocupado, vadio, malandro, marginal, bandido, proeminentes no país em diferentes períodos (Misse 2011). O tema será retomado mais adiante.

3 O material de pesquisa utilizado neste trabalho foi acumulado entre 2011 e 2016 a partir do meu vínculo com o Grupo Comunidade Assumindo suas Crianças, organização que fomentou o início do Projeto Mães da Saudade em 2011 e com a qual realizo trabalho de campo desde 2005. O material aqui mobilizado inclui gravações feitas pelos jovens do Grupo Comunidade com as mães em 2011 e 2013, relatórios dos jovens sobre as conversas com as mães entre 2011 e 2015, documentos do Grupo Comunidade (projetos, relatórios, avaliações) e diário de campo em visitas em junho de 2013, agosto de 2014 e julho de 2015. Todos os nomes de mães, *meninos* e jovens foram alterados. Os nomes dos profissionais que representam oficialmente as instituições aqui mencionadas foram mantidos.

expressa não apenas na interdição do luto pelas suas mortes como também em políticas estatais com maior ênfase à *repressão qualificada* do que à *prevenção social da violência* como o Pacto pela Vida?

Para responder a esta pergunta, propõe-se focar na dor das mães com o intuito de enfatizar a presença dos *meninos* mortos operada pela memória, e os efeitos dessa presença no mundo dos vivos.⁴ Assim, a primeira parte do texto acompanhará as aparições dos *meninos* mortos nas casas onde viveram. Estas aparições, ansiadas pelas mães, revelam um passado que se impõe no presente e levantam a questão do que o encontro dos vivos e dos mortos desencadeia.

As seções seguintes tratam justamente de alguns dos efeitos desse encontro a partir de certa razão estatal: as estatísticas e as políticas de segurança pública. A segunda parte, portanto, se debruça também sobre a presença dos mortos, mas dessa vez nas telas de computador dos técnicos que contabilizam os CVLI. O objetivo é descrever como o suposto êxito do Pacto pela Vida relaciona-se a certas “escolhas político-burocráticas de classificação, agregação e divulgação das informações” (Sauret 2012a:16) que buscam conter duplicações indesejadas na contagem dos mortos e produzir mapas da violência que demarcam regiões violentas e populações pobres. Fora de consideração está a contagem feita pela família, que passa pelo circuito da dor e do luto e pela presença dos *meninos* do bairro mortos. Isso nos leva à terceira parte do texto, em que se descreve o Projeto Mães da Saudade e o esforço para fazer do luto privado uma vivência política coletiva. Volta-se aqui à discussão travada por Butler para pensar o que conta como diagnóstico da violência, e as maneiras pelas quais mães e jovens do Grupo Comunidade sugerem o redirecionamento das políticas públicas de repressão para políticas de prevenção na forma de dívida a ser paga em benefícios e programas sociais.

Se nas primeiras três partes o olhar etnográfico recai sobre as mães, os técnicos e os jovens do Grupo Comunidade, respectivamente, na quarta e última parte volta-se para o encontro entre as mães e os jovens, mais especificamente para uma inflexão de outra ordem, envolvendo a memória das mães incitada pelos jovens. Retoma-se, assim, o debate inicialmente proposto, porém por meio de um desvio. No lugar de abordar o luto, pergunta-se: como pode a memória ser capaz de mudar os termos da política moral em jogo?

Argumenta-se que as iniciativas das mães da saudade e dos jovens do Grupo Comunidade apontam para dois embates, um consonante e outro dissonante a certa razão estatal. Por um lado,

⁴Nesse sentido, a abordagem aqui é distinta da adotada por alguns autores da chamada antropologia das emoções, já que a dor não é tomada como categoria para se pensar a relação entre estrutura social e modelos comportamentais (Koury 2014), tampouco como reveladora de uma dimensão micropolítica que atualiza na vivência subjetiva dos indivíduos aspectos de nível macro da organização social (Coelho 2010; Rezende & Coelho 2010).

contestam-se as categorias de análise das estatísticas da chamada *criminalidade violenta letal e intencional* por meio do luto enquanto vivência política. Por outro lado, é por meio da memória das mães enlutadas que se dá o trânsito e a permanência dos *meninos* no tempo presente, a despeito de qualquer política moral que os condena à morte e ao esquecimento. No primeiro sentido, a mudança nos termos da política se dá na insistência em pautar as estatísticas não em termos próprios do domínio da demografia econômica, mas naqueles que as mães tomam como sendo do domínio da *família*. No segundo, a mudança nos termos da política parece se dar a partir de mapas mnemônicos de socialidade (Marques 2013), envolvendo um processo ao largo de qualquer intencionalidade, uma potência não teleológica incidente sobre as noções antitéticas de *trabalhador* e *alma sebossa*, esta última que, ainda que nunca enunciada a respeito de seus filhos, perpassa também as mães das saudades como categoria acusatória atribuível a outros.

Que se avise o leitor desde já: este texto não trata propriamente das *almas sebossas*, mas sim dos *meninos* de Peixinhos assassinados e do luto de suas mães, pois para elas aqueles e estes não se equiparam. Mas assim como seus filhos aparecem para muitas delas em sonhos e visões, a um só tempo alento e assombro, as *almas sebossas* tangenciam este texto como o espectro do que fede, do nojento, do podre, do que não presta para nada, do que não tem jeito nenhum, do não gente, assombração de um universo moral singular.

Aparições ansiadas: invocação dos *meninos* mortos

Há em Peixinhos certas presenças incômodas, aquelas dos *meninos* mortos que aparecem em lembranças, pensamentos, sensações, barulhos, visões:

Toda hora lembro, não esqueço não. Até os outros dizem que essa coisa de escutar a voz é ilusão, mas se for, melhor ainda que seja ilusão, porque eu escuto a voz dele chamando. Eu escuto mesmo, visse, ele chamando: “mãinha!”. Escuto mesmo. Quando eu vou deitar, aí eu sento na beira da cama assim, que ele dormia comigo com o braço assim em mim. Então eu sinto aquele pulso assim do braço em cima de mim e escuto ele roncando. Eu só digo assim: “mãinha não tem medo não, pode aparecer quantas horas quiser que mãinha não tem medo não, que mãinha sabe que é você”. Eu escuto mesmo ele falando. É. Às vezes eu tô em casa e eu vejo um vulto assim passando, ele com a bermudinha dele azul, que ele tinha, dessas de veludo. (Dona Alcione, mãe de Lucas. Cf. GCASC 2011a⁵).

Como explicar a presença da voz, do peso da mão, do vulto de um filho morto? Se for ilusão, que seja: há certo consolo na inegável presença dos *meninos*, além da certeza de que “os mortos estão em plena ação” (Villela 2015:26).

⁵ Como as gravações foram realizadas pelos jovens do GCASC, as falas das mães serão referidas como parte dos documentos de autoria do grupo, listados ao fim deste texto. Agradeço ao GCASC pela permissão de uso do material.

Em detrimento de certas abordagens presentistas, que supõem a memória como a recomposição do passado a partir do presente e a passagem do tempo como a necessária sucessão entre um antes e um depois, Marques (2013) e Villela (2015) têm buscado inspiração na filosofia de Henri Bergson para pensar memória, família e política no sertão de Pernambuco. Tomar de empréstimo a noção de duração bergsoniana, marcada pela coexistência do passado e presente, permite tratar de temas correlatos nas regiões referidas como violentas na Região Metropolitana da capital. A começar por aquilo que Dona Alcione nos assegura: ainda que se afirme que a presença de seu filho morto seja ilusão, ela o escuta e ele está realmente lá. Não se trata, portanto, da evocação de uma lembrança, mas da invocação do passado à lembrança, processo que, segundo afirma Gilles Deleuze (2008) a respeito da noção de memória de Bergson, “comprenderia um movimento pelo qual o ‘presente’ que dura se divide a cada ‘instante’ em duas direções, uma orientada e dilatada em direção ao passado, a outra contraída, contraindo-se em direção ao futuro” (:39).⁶

Articulam-se, assim, movimentos simultâneos. Dona Alcione senta-se na beira da cama, como em tantas outras ocasiões. A cama em que dormia com seu filho, agora vazia, orienta a direção da memória para um circuito com o presente, da dor e da falta. Materializa-se então uma percepção: a aparição de Lucas em forma de vulto, o peso do seu braço em cima do pulso da mãe e a sua voz chamando *mãinha*: “Pode aparecer quantas horas quiser que mãinha não tem medo não, que mãinha sabe que é você”.

Não se trata simplesmente de tentar explicar a presença de Lucas em outros termos que não o da ilusão, mas sim realçar que a presença do *menino* é o ponto de encontro entre o passado que é

⁶ Esse mecanismo de contração e expansão, que Deleuze (2008) sintetiza por meio das noções de 'memória-contração' e 'memória-lembrança', articula conjuntamente o que Bergson (2006) nomeia de 'lembrança pura', 'memória-lembrança' e 'percepção'. Bergson explica que a expansão em direção ao passado e a contração em direção ao futuro se dão por meio de dois tipos de associação: “Ora, há nesse mecanismo uma *associação por semelhança*, já que a percepção presente age em virtude de sua similitude com as percepções passadas, e há também uma *associação por contiguidade*, já que os movimentos consecutivos a essas percepções antigas se reproduzem, e podem inclusive arrastar consigo um número indefinido de ações coordenadas à primeira. Percebemos portanto aqui, na sua origem mesma e quase confundidas – não pensadas, certamente, mas desempenhadas e vividas –, a associação por semelhança e a associação por contiguidade” (Bergson 2006:195, grifos originais). São vividos e quase confundidos os movimentos de contração em direção ao futuro, quando o passado, na forma de lembrança pura, ecoa em situações semelhantes; e de expansão do presente em direção ao passado, quando a percepção presente estabelece a diferença em relação a percepções antigas, contíguas. No caso da associação por semelhança, Bergson afirma ocorrerem dois movimentos simultâneos: “Em outras palavras, a memória integral responde ao apelo de um estado presente através de dois movimentos simultâneos, um de translação, pelo qual ela se dirige por inteiro ao encontro da experiência e se contrai mais ou menos, sem se dividir, em vista da ação, o outro de rotação sobre si mesma, pelo qual se orienta para a situação do momento a fim de apresentá-lhe a face mais útil. A esses diversos graus de contração correspondem as formas variadas de associação por semelhança.” (Ibid.:197-198). Ao comentar o trecho, Deleuze (2008) afirma: “Bergson não precisa a natureza dessa rotação. Devemos fazer hipóteses a partir de outros textos” (:51). A hipótese deleuziana é que se, por um lado, a translação faz com que a lembrança entre em coalescência com o presente, por outro, a rotação prepara a entrada em circuito com o presente, culminando na sua atualização (:52).

inativo, impassível, mas que não deixa de ser, ainda é; e um presente particular que não é, mas age (Cf. Bergson 2006:164-5 e 175; Deleuze 2008:42). A aparição é encontro entre Lucas e Dona Alcione que carrega ao mesmo tempo dor e alento; entre o ser que, morto, conserva-se em si e, encerrado no passado, impõe-se sobre o presente, e o ser que, vivo, consome-se e não para de se pôr para fora de si (Deleuze 2008:42). Não à toa é tão comum as mães narrarem a morte de seus filhos como interrupção: “ele tava com 19 anos, ia fazer 20 no dia 19 de março” (GCASC 2011j).

A coexistência do passado e presente implicada no movimento da memória é evidenciada pela enorme recorrência das aparições dos *meninos* mortos. Dona Alcione não é a única que escuta, sente e vê seu filho. Esse é o caso de Dona Zilda: “Dá uma dor tão grande, eu me acordo, *eu vejo ele*, que ele dormia comigo na minha cama, no meu quarto” (GCASC 2011f); de Dona Marta: “Meu filho sempre apareceu pra mim através de coisas, por exemplo o galo que ele tinha ainda em vida me lembra muito ele quando ele ninava o animal. *Eu o escuto falando comigo através desse galo*, ele está sempre em todos os lugares da minha casa.” (GCASC 2011n:n.p.); de Dona Geralda: “Era um bom menino. Saía pros cantos, pedia a mim. Nunca me esculhambou, nunca me maltratou. ‘Tia, vou aqui’. Nunca mais voltou. Eu sinto falta dele ainda. Eu olho pras coisas dele. Ontem mesmo... *eu sinto ele chegando em casa*” (GCASC 2011b).

As mães que não veem seus filhos mortos desejam o encontro, como Dona Cecília, que lamenta: “Eu lembro dele, [meu filho], todo dia, vai fazer 2 anos, 1 ano. *Pedi a Deus pra me mostrar, nunca vi*. Uma vez meu genro diz que viu ele dentro de casa, sentado na cadeira da cozinha. Não vejo, não sonho” (GCASC 2011d). Há sempre a expectativa de poder vê-los, evidente na fala de Dona Rosa: “Eu vivo a vida, mas eu já pensei várias vezes em suicídio. Mas dizem que quem se suicida vai direto pro inferno e *minha esperança é eu ver eles de novo, meus dois filhos [assassinados]*” (GCASC 2011g).

Essa experiência sensorial, o contato com o cheiro, os sons, a imagem, traz à presença vestígios do corpo de um filho agora inerte, encerrado no passado virtual que se impõe ao presente: “meu filho faz muita falta, deixou duas netinhas pra me ajudar. Foi muito triste, eu sei que essa dor não vai passar é nunca, *é um pedaço que tiram da gente*”, diz Dona Josefa (GCASC 2011h).

É recorrente nas falas das mães o contato com o próprio corpo morto ensanguentado – quando “tiram um pedaço da gente” –, já que muitos assassinatos acontecem no bairro ou mesmo na frente de casa: “assassinaram ele lá no lugar onde eu moro, faz 3 anos” (GCASC 2011c); “ela se envolveu com drogas com 15 anos e com 17 foi assassinada na frente de minha casa com 3 tiros no rosto” (GCASC 2012a).

Dona Bete, por exemplo, teve uma premonição, ouviu o filho no momento da morte e foi atrás do seu corpo:

Foi um tiro por trás. Quando deu 10 horas da noite ligaram pra mim: “O que foi, foi alguma coisa? Foi alguma coisa com Marcelo, não foi?”. – “Não”. Eu disse: “Foi, foi que eu senti”. Eu estava deitada aqui e senti, que ele fez assim, “ai mãe”, eu ouvi aquela voz. – “Nada nada, venha cá”. Aí a menina tomou o telefone. – “Eu não disse? Onde é que ele tá?”. – “Tá em Sítio Novo” [no bairro vizinho]. Aí eu fui pra casa e fui com a polícia. Cheguei lá ele tava estiradinho, tinha feito 18 anos fazia 3 dias, no dia 15 de abril. Tá com 10 anos. Ele não era errado não. (GCASC 2011i)

Se, como afirma Marques (2013) inspirada por Carsten (2013), aquilo que é revelado pelo sangue está longe de ser estável e se mantém sob revisão contínua pela sua capacidade de revelar outras verdades e desestabilizar certezas políticas ou morais, então a relação entre os mortos, a memória, a família e a política não se dá de maneira autoevidente. Villela (2015), por exemplo, argumenta pela sua coextensividade ao descrever como a memória faz encontrar os vivos e os mortos, interferindo e se impondo no imbricamento entre o fazer família e o fazer política eleitoral na região do Pajeú, no Sertão de Pernambuco.

No caso de Peixinhos, como pensar a correlação coextensiva entre os mortos, a memória, a família e a política? Reconhecer a incessante presença dos mortos no bairro nos convida a ir além de pensar a dor e as visões das mães como uma forma de demonstrarem a sua culpa consciente ou inconsciente (Rodrigues & Sá 2015) ou mesmo de gerir o luto e reordenar a vida cotidiana (Vianna & Farias 2011; Leite 2013). Trata-se de atentar para o encontro dos vivos e mortos que se dá na falta e na dor e para os pontos de inflexão que a presença dos meninos pode vir a desencadear, como é o caso do redirecionamento de políticas de repressão para políticas de prevenção à violência.

Duplicações indesejadas: os corpos dos meninos e a incidência de CVLI

Não só em Peixinhos os *meninos* assassinados se impõem à presença. Nas telas de computadores na Gerência de Análise Criminal e Estatística da Secretaria de Defesa Social (Gace/SDS), eles povoam as tabelas de “números de vítimas de crimes violentos letais e intencionais (CVLI)”, formam linhas da “média móvel da taxa mensal de CVLI”, manchas em “mapas de Kernel” que expressam a concentração espacial de ocorrências de CVLI por meio de escalas de cores. São então lançados nos Informes Mensais e Boletins Trimestrais da Conjuntura

Criminal em Pernambuco, para serem depois incorporados nas justificativas das políticas de segurança pública do governo do estado de Pernambuco – o Pacto pela Vida.

Para se transformarem em números tabelados, linhas em gráficos, manchas em mapas, os corpos dos *meninos* devem antes passar por muitas mãos e informar muitos registros. Marcelo, por exemplo, Dona Bete conta, foi achado por ela e pela polícia “estiradinho” numa rua no bairro vizinho de Sítio Novo, morto com um tiro por trás. Sob o ponto de vista estatal, Marcelo se tornava naquele momento mais uma ocorrência de CVLI a ser contabilizada pela Gace/SDS.

Podemos imaginar a sequência de atos necessários (ou ao menos esperados) para que Marcelo marque presença nos escritórios da Gace: no *local do crime*, o perito criminal do Instituto de Criminalística coloca no tornozelo ou punho de Marcelo uma pulseira de identificação de cadáver (PIC) contendo um número de identificação de cadáver (NIC). Em seguida, transcreve o NIC no Boletim de Identificação de Cadáver (BIC), que registrado em várias vias, deve se espalhar pelos diversos órgãos estatais ligados à Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria de Defesa Social que lidam com mortes violentas.⁷ O corpo de Marcelo, sob o ponto de vista da Gace, importa menos do que os caminhos que o NIC de Marcelo faz nos papéis e sistemas desses órgãos.

A primeira dessas vias o leva ao IML. Sua entrada no órgão só se dá a partir de uma presença dupla, assegurada pelo auxiliar do IML que o remove do local – como número NIC acoplado ao corpo pela pulseira PIC e número NIC inscrito na primeira via do documento BIC. Lá dentro, o médico legista averigua se o NIC da pulseira é o mesmo do documento, para então reproduzi-lo no Laudo da Necropsia e na Declaração Óbito (DO) e finalmente repassá-lo ao setor administrativo do IML, que o registra no livro e no Relatório Diário de Necrópsias enviado à Gace. Longe de banal, a ligação PIC-NIC-BIC operada primeiro pelo perito criminal no local do crime e depois pelo médico legista no IML assegura que Marcelo não se duplique no banco de dados do Gace e assim, como uma aparição indesejada, faça proliferar números nas estatísticas. O NIC atrelado ao corpo por meio da pulseira é o elo que permite estabilizar a relação de proporção um corpo, um número.

E assim, como um-corpo-um-número, o NIC de Marcelo é levado por diferentes profissionais chamados ao local do crime (o perito criminal, o auxiliar do IML, o policial civil, o policial militar) por caminhos muito distintos – pelo já mencionado IML, pelo Instituto de

⁷ Os procedimentos operacionais padrões foram estabelecidos pela Portaria conjunta SDS/SES N° 001, de 30 de dezembro de 2010, que instituiu a Pulseira de Identificação de Cadáver (PIC), o Boletim de Identificação de Cadáver (BIC) e o Número de Identificação de Cadáver (NIC), bem como pela Portaria conjunta SDS/SES N° 5246, de 24 de novembro de 2015, sobre o encaminhamento dos projéteis de arma de fogo e outros “corpos estranhos” extraídos de pacientes internados na rede pública de saúde.

Criminalística, pela Delegacia Seccional da Polícia Civil, pelo Centro Integrado de Operações de Defesa Social da Polícia Militar (CIODS) – até voltar a se encontrar na Gace, onde técnicos o agregarão a outros números e o transformarão em dados manipuláveis por meio de softwares.⁸ A Gace, assim, funciona como um concentrador de uma rede de informações caracterizada pela disseminação dos NICs na proporção um-corpo-um-número por diferentes órgãos e a sua subsequente reagregação no que o coordenador do órgão, o sociólogo Gerard Sauret, chamou de “coração do sistema” (Sauret 2012c:44).

Ao comentar as inovações técnicas e metodológicas desenvolvidas pela Gace para atender o modelo de gestão de resultados proposto no Pacto pela Vida, que estabelecia como meta reduzir em 12% ao ano as taxas de mortalidade violenta intencional (PERNAMBUCO 2007), Sauret afirma:

A estratégia de triangulação de múltiplas fontes de informação sobre homicídios em Pernambuco demandou procedimento metodológico de controle para facilitar a detecção de duplicidades e zelar pela redução de erros. Nesse sentido, o Projeto da Pulseira de Identificação de Cadáver mostrou-se altamente funcional à arquitetura multifonte daquele sistema de informação e à nova política de segurança deflagrada com o Pacto pela Vida. Desta feita, o novo modelo de gestão por resultados encontrou no banco de homicídios do Infopol/SDS e no Projeto Pulseira um dos seus principais alicerces informacionais. (2012b:32).

O Pacto pela Vida, com efeito, foi considerado um sucesso pelo próprio mentor do Programa, o sociólogo José Luiz Ratton, tendo por base os números produzidos pela Gace. Ainda que no modelo de gestão por resultados a política não tenha atingido a meta de redução de 12% ao ano das taxas de CVLI, o que se auferia com a ajuda do Projeto Pulseira parecia motivo suficiente para a comemoração: entre janeiro de 2007 e dezembro de 2013 teria havido uma redução de 39% da taxa de CVLI em Pernambuco e 60% na cidade do Recife (Ratton et al. 2014).⁹ Mantinham-se, contudo, as críticas da sociedade civil sobre uma demasiada ênfase do governo nas políticas

8 As várias vias do documento BIC seguem pelos seguintes caminhos: por meio do perito criminal, o mesmo que instalou a pulseira no cadáver, uma via é levada ao Instituto de Criminalística (IC), onde marcará presença no laudo pericial e no arquivo da Coordenação de plantão do IC, ao qual a Gace terá acesso; por meio do policial civil, outra via é transposta ao boletim de ocorrência da Polícia Civil (BO-PC), ao relatório diário da Coordenação de Plantão (COORDPOL) e arquivada na respectiva Delegacia Seccional (DESEC), onde será recuperada pela Gace; por meio do policial militar, ainda outra via é transposta ao Boletim de Ocorrência da Polícia Militar (BO-PM) e arquivada no Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIODS), onde poderá ser consultada pela Gace.

9A redução mais significativa se deu entre 2009 e 2011, logo após a implantação do novo sistema de coleta de dados, como comprova o total de vítimas de CVLI contabilizado em Olinda, na capital e no estado como um todo no período 2007-2015: em Olinda, 266 (2007), 270 (2008), 246 (2009), 200 (2010), 159 (2011), 130 (2012), 144 (2013), 138 (2014), 143 (2015); em Recife, 1046 (2007), 981 (2008), 818 (2009), 677 (2010), 692 (2011), 597 (2012), 452 (2013), 514 (2014), 572 (2015); e em Pernambuco, 4592 (2007), 4523 (2008), 4079 (2009), 3495 (2010), 3506 (2011), 3320 (2012), 3101 (2013), 3436 (2014), 3888 (2015). Fonte: CONDEPE/FIDEM (2008:19; 2009:16; 2010b:15; 2011:15; 2012:17; 2014:15; 2015:15). Se os efeitos do sistema de gestão informacional se sentiram nos primeiros anos, a partir de 2012 há uma estabilização nos números e não a redução da taxa de CVLI em 12% ao ano como projetado pelo Pacto pela Vida.

repressivas. Aplicava-se o modelo de gestão por resultados apenas para as atividades de repressão; não havia o mesmo monitoramento criterioso para as atividades de prevenção à violência, eventuais e pouco estratégicas:

Você procura informação sobre as ações preventivas do Pacto e o que você encontra são essas ações isoladas, né? (...) Prevenção ela tem que ter o mesmo tipo de concepção que você tem pra repressão, ela tem que ser integrada, ela tem que ter meta, você vai ter que, integrar com outro campo da política, assistência social, educação, saúde. Integra de que maneira? Onde é que você mede resultado? Você tem que fazer a mesma coisa para área de prevenção que você faz na área de repressão (Relato de um representante da sociedade civil, apud Rattón et al. 2014:21).

As lideranças de movimentos sociais realçavam a grande preocupação do governo em melhorar o sistema de coleta e manipulação de dados e em investir na repressão qualificada, deixando as políticas propriamente de prevenção à violência em segundo plano. Como dizem em Peixinhos: “a delegacia está toda reformada, os carros equipados, mas os meninos continuam apanhando e sendo humilhados na rua pelos policiais”. Não há ações continuadas, como lembra uma das educadoras do Grupo Comunidade: “dois tenentes vieram aqui fazer uma palestra contra as drogas e nunca mais voltaram; o governo chama isso de política de prevenção”. Tampouco consulta à comunidade: “não há qualquer iniciativa por parte do governo em consultar as comunidades mais afetadas pela violência para o desenho das políticas de prevenção”. (GCASC 2015:6)¹⁰

Nem mesmo as outras principais inovações da Gace - as “escolhas político-burocráticas de classificação, agregação e divulgação das informações” (Sauret 2012a:16) - surtiram o efeito desejado de fomentar políticas públicas de prevenção, como foi o caso da produção de estatísticas de violência não por bairros, mas por Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) da Região metropolitana de Recife. O esforço implicava a incorporação dos pontos georreferenciados de CVLI, inicialmente expressos nos mapas de Kernel, a uma unidade espacial que levava em conta indicadores de condições habitacionais, renda e educação. Atualizava-se, assim, uma avaliação das

¹⁰ É importante notar que desde a sua origem em 2007, o Pacto pela Vida previa em suas seis linhas de ações estruturadoras tanto a “Repressão qualificada” quanto a “Prevenção Social do Crime e da Violência” (PERNAMBUCO 2007). Nos primeiros anos do programa, no entanto, do ponto de vista dos moradores do bairro, era claro o maior investimento ao aperfeiçoamento institucional dos órgãos responsáveis pela repressão, por meio da reforma da delegacia local e dos novos equipamentos adquiridos para as operações policiais. Apenas em 2011, por meio da Lei 14.357, o governo instituiu o “Programa Governo Presente de Ações Integradas para Cidadania” como a “estratégia de prevenção social da violência” do Pacto pela Vida. Como o Governo Presente era coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, e envolvia outras secretarias de governo como a Defesa Social, Saúde, Esportes e Juventude, a verba destinada às ações preventivas do Pacto pela Vida muitas vezes se diluía com a de outros programas vigentes, sendo pouco visíveis nos bairros. Como neste texto se procurou ressaltar a reclamação dos moradores com a ausência de políticas duradouras de prevenção à violência, ficou de fora do escopo da análise uma investigação pormenorizada das rubricas nos orçamentos do governo de Pernambuco que apontam para os efetivos gastos, de um lado, com a prevenção à violência, e de outro, com o fortalecimento dos órgãos de repressão e gestão informacional.

“causas complexas” da criminalidade que ao menos desde a época da Velha República era pregada pelos chefes de polícia em Pernambuco, para quem se tratava, como mostra Villela (2011:64), de “miséria existencial refletida na falta de instrução, por não frequentarem a escola, e de educação, por estarem imersos em meio corrompido”. Nas palavras dos próprios técnicos da Gace:

Assim, o mapa de Kernel parece mais adequado para trabalhos de alocação de esforços operacionais, especialmente os policiais. Estes envolvem, por exemplo, a fixação de cartões-programa de circulação de viaturas ou a determinação exata dos pontos da ocorrência dos crimes para subsidiar a atribuição de competências ou a realização de investigações. É válido também para a identificação de territórios com alta densidade espacial de crimes e a determinação do local mais oportuno para alocação efetiva de equipamentos públicos, visando à sua literal ocupação. *Já o mapa temático das taxas por UDH parece mais apropriado para gestores de políticas preventivas que não se atenham à intensidade territorial de crimes, mas priorizem o conhecimento do grau de vitimização da população que sofre a violência, considerando-a como legítima receptora das políticas públicas.* (Sauret; Tiné; Farias 2012:97, grifo adicionado)

Mesmo sem uma efetiva e coordenada política de prevenção, o êxito do Pacto pela Vida expresso pela queda na taxa de CVLI era comemorado, já que para um modelo de gestão por resultados interessam menos os meios do que os resultados auferidos. O mérito, assim, parecia recair sobretudo na diminuição da taxa de criminalidade que o Projeto Pulseira de Cadáver proporcionava. Ou, como se preferiu aqui descrever, pela bem sucedida contenção de aparições indesejadas dos *meninos* mortos nos arquivos.

Isso explica o encontro um tanto desastrado em abril de 2011 entre lideranças de movimentos sociais e o já mencionado Gerard Sauret. Como relatou Elisângela Maranhão, então coordenadora do Grupo Comunidade, de Peixinhos:

O Seminário de Violência Letal [organizado pelo Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social] trouxe um levantamento dos homicídios de adolescentes no estado de Pernambuco, com o tema “saber notificar para bem cuidar”, onde teve a presença do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. O levantamento que o Observatório mostrou é muito preocupante, pois na região metropolitana do Recife, Olinda está na frente, onde só tende a crescer a matança de adolescentes. A colocação das secretarias do estado e dos municípios [Olinda e Recife] se mostrou muito por fora dessa triste realidade. Um exemplo foi a colocação do gerente de análise criminal estatístico da secretaria de Defesa Social do Estado, Sr. Gerard Sauret, com indicadores do Pacto pela Vida. Apresentando um declínio nas taxas de homicídio de 2007 a 2009, seu discurso não condiz com a realidade que o Observatório de Favelas traz. Foi um verdadeiro choque entre [este e] o Pacto pela Vida, pois Gerard não foi convincente e se perdeu em sua apresentação.

Concluindo, se percebe que o estado não tem um plano estratégico e estão desarticulados para realmente construir e investir nesta dura realidade que assola e destrói tantos lares e ceifa os adolescentes. (GCASC 2011:n.p.).

O êxito do Pacto pela Vida anunciado pelos seus principais executores é baseado num modelo de gestão de resultados que contabiliza a incidência de CVLI, mas não os efeitos dos corpos “estiradinhos” em frente às casas. Para os entes que ficam, a contagem não passa por um sistema de informação que busca conter duplicações indesejadas, mas pelo circuito da dor e do luto e das aparições desejadas dos *meninos* mortos. Os corpos aparecem às dezenas por mês - 22, 24, 26, 18, 18, 15, 8, 12, 17, 16, 11, 13¹¹ - e os *meninos* do bairro, contados um a um, vão sendo encerrados num passado que incessantemente impõe a sua presença sobre o presente. Como dor e falta são há anos cotidianamente vividos pelos parentes dos *meninos*, o luto público e a memória passaram a ser os elementos centrais de uma luta política envolvendo mães, jovens e educadores populares em Peixinhos.

Os jovens do Grupo Comunidade e o luto das mães de Peixinhos

O Projeto Mães da Saudade nasceu no início de 2011 dentro de uma conhecida organização em Peixinhos, o Grupo Comunidade Assumindo suas Crianças. Criado em 1986, o *Grupo Comunidade* era originalmente formado por onze moradores do bairro que, alarmados com a grande quantidade de crianças e adolescentes nas ruas, passaram a ocupá-los com oficinas culturais, pedagógicas e esportivas inspiradas na pedagogia de Paulo Freire. Naquela época, a questão dos *meninos de rua* assumia grande visibilidade. Em 1987 o lema da Campanha da Fraternidade seria “Quem acolhe o menor a Mim acolhe”, e em 1990 Gilberto Dimenstein publicaria “A Guerra dos Meninos”, um livro-denúncia sobre o extermínio de crianças nos grandes centros urbanos do país. Como parte de um crescente movimento organizado, o Grupo Comunidade era um dos grupos de base ativos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que exerceria um importante papel na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente.¹²

Desde o seu início, portanto, o Grupo Comunidade convive com os assassinatos dos *meninos* e, inevitavelmente, com mães enlutadas que vivem um luto privado desacompanhado de

11 Número de homicídios contabilizados em Olinda de janeiro a dezembro de 2010 (CONDEPE/FIDEM 2010a:4). Já se vê no decréscimo dos números os efeitos da Pulseira Cadáver que, apesar de ter sido normatizada pela portaria conjunta entre a SDS e a SES (a nº01/2010) em dezembro de 2010, já havia sido implantada na Região Metropolitana desde junho de 2009 (Sauret 2012b:28). Como já apontado, a redução mais significativa se deu entre 2009 e 2011, período de implantação do novo sistema de gestão informacional.

12 Sobre o histórico do GCASC, ver Paula (2009) e Morawska Vianna (2014, 2015). Hecht (1998) faz uma interessante etnografia dos *meninos* que moravam na rua, muitos dos quais saídos de Peixinhos.

qualquer lamento público, confortado em grande medida por medicamentos psicoativos. Como reação às mortes cada vez mais frequentes, o Grupo Comunidade resolveu, já no começo da década de 1990, fazer um painel com os nomes dos jovens assassinados em Peixinhos. Os números não tardaram a engrossar. Em 1993, já havia quarenta e quatro nomes na lista. Logo sofreram ameaças e julgaram mais seguro parar. A partir de então, seus protestos dentro e fora do bairro continuavam a levantar palavras de ordem - “contra a violência”, “pela paz” –, sem, no entanto, listar publicamente o nome dos *meninos* mortos. Além disso, o grupo se mantinha como um ponto de apoio às mães enlutadas, uma vez que como afirmam Rodrigues & Sá (2015) ao discorrer sobre o luto entre mães do Cais do Porto em Fortaleza, quando há a morte abrupta de um filho, intensifica-se um circuito de mães que partilham entre si a dor da perda.

Com tantas mães enlutadas frequentando o espaço há anos, o grupo decidiu em 2011 elaborar um projeto especificamente direcionado a elas. A ideia era promover ações conjuntas entre jovens que frequentavam o Grupo Comunidade e mulheres da comunidade que perderam seus filhos e netos, muitos deles antigos *meninos do grupo*. Os jovens inicialmente fariam o contato com as mães e as convidariam a narrar a vida de seus filhos assassinados, para que pudessem fazer um obituário público dos *meninos* em rodas de diálogo nas escolas do bairro. Às mães seriam também oferecidos o atendimento psicológico individual e a terapia comunitária uma vez por semana na sede do Grupo Comunidade. Mulheres e jovens participariam de seminários quinzenais sobre o Pacto pela Vida, visto em Peixinhos sobretudo nos carros novos da delegacia e nas “oficinas informativas” pontuais, sem vínculo e sem continuidade, oferecidas por agentes de polícia nas instituições do bairro.

Os primeiros seis jovens envolvidos no projeto listaram inicialmente oitenta e seis mulheres do bairro, tomando como referência os casos que lhes vinham à lembrança imediata.¹³ Foram então selecionadas quarenta e duas para as primeiras visitas, aquelas com quem o grupo já possuía contato prévio. Conseguiram a adesão de trinta e duas mães. As que não aceitaram alegaram o medo de falar, a falta de tempo, a ocasional resistência à dor da lembrança dos jovens assassinados. Em uma das casas, por exemplo, o diálogo com a mãe foi interrompido pela chegada do marido, que ao ser explicado do que se tratava a visita, expulsou os jovens gritando: “Daquela *alma sebosa* ninguém vai lembrar nesta casa”. O impacto das narrativas nos jovens era patente no relato das visitas:

Com esse trabalho nos deparamos com situações de sofrimento extremo e ficamos bastante mexidos emocionalmente, era difícil conter as emoções diante dos relatos

13O projeto obteve recursos da organização suíça *Terre des Hommes*. A rotatividade dos jovens acompanhava os ciclos trienais de projeto.

das mães que perderam seus filhos de forma tão trágica. *Nós também vivemos momentos de perda e sofrimento por parte de familiares que morreram ou mataram.* (...) O convite era pra falar dos momentos bons vividos com seus filhos, mas elas precisavam e tinham a necessidade de falar da tristeza, do sofrimento, da saudade, do vazio e de relatar os acontecimentos e a forma como se deu a morte. Muitas mães se perguntavam se realmente era verdade os comentários, o que falavam dos seus filhos, e se eles eram capazes de fazer tanta maldade. Uma mãe disse: “Meu filho era tão bom, amoroso e por conta da maldita droga, ouço as pessoas dizerem que ele virou um monstro. Não consigo aceitar.” Esta mãe teve oito filhos, sua maior dedicação era voltada a eles. Dos oito filhos dois morreram, um está em uma cadeira de rodas e o outro preso, tido como o terror na comunidade, uma pessoa muito má, seu nome não pode ser pronunciado na comunidade. O histórico de crueldade desse jovem é chocante. (GCASC 2011m:n.p., grifos adicionados.)

Há aos poucos uma identificação dos jovens com os *meninos*: “ela estudou comigo”; “nós também vivemos momentos de perda por familiares que morreram ou mataram”. Ainda que as explicações girassem em torno do “entrou para a vida errada”, a tentativa era a de fazer com que os relatos se recheassem de elementos que permitissem avistar o *contexto social*, tal como faz a coordenadora do Grupo Comunidade:

O lugar onde foi realizada as visitas é no entorno de Peixinhos, lugares esquecidos pelo poder público, favelas onde há mais de 25 anos o grupo atua, e percebemos que não mudou muita coisa, parece que parou no tempo, muitos barracos, algumas casas de alvenaria mais precárias, muitos adolescentes ociosos nos becos e muitas crianças desprovidas de cuidados básicos. E o que nos chamou a atenção é que muitas mães visitadas têm em sua casa ou em sua família, algum adolescente ou jovem marcado pra morrer, isto é muito preocupante, pois mostra que a lista das mães da saudade tende a crescer. (GCASC 2011l:n.p.)

Compare-se esta aos relatos de uma jovem após as primeiras visitas:

As mães vivem em situações altamente precárias de desconforto social e ambiental, e situação crítica de saúde pública. Onde vivencia o mundo do crime da janela de sua casa. Mesmo com todas essas dificuldades, fomos muito bem atendidos por cada uma delas. Talvez a carência de [querer] ter seu filho mais perto fez com que elas se abrissem um pouco mais com cada um de nós. (GCASC 2011n:n.p.)

Há, assim, uma gradual expressão da violência atribuída ao domínio do social. Nas discussões entre mães e jovens, uma das primeiras decisões foi a de elaborar camisetas do grupo com a palavra “vítima” para se referir aos *meninos* assassinados: “Dos encontros de formação, emergiu a reflexão de se evitar que os meninos assassinados sejam responsabilizados pela sua

própria morte, já que eles foram vítimas do descaso da sociedade e do poder público” (GCASC 2011). Há num primeiro momento, portanto, uma tentativa de espargir a responsabilidade pelas mortes do um no todo, das escolhas individuais para o contexto social, para assim transformar o luto privado em vivência política coletiva.

No primeiro ano, elas fizeram uma caminhada pelo bairro – “Caminhada pela vida com as Mães da Saudade” –, foi lançada uma cartilha contendo narrativas sobre as mortes dos filhos e enviada uma carta ao governador solicitando o início de um diálogo sobre políticas de prevenção à violência. A audiência nunca lhes foi concedida, os gestores do Pacto pela Vida produziram nos anos seguintes índices de criminalidade que apontavam para o sucesso do programa, e em Peixinhos os *meninos* continuavam a morrer. Nos dois anos seguintes as mães da saudade foram se tornando mais numerosas. Continuavam a se reunir e a fazer manifestações, sobretudo dentro do bairro.

Em 2014, ano em que o Pacto pela Vida recebeu o prêmio internacional “GobernArte: a arte do bom governo” do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Grupo Comunidade resolveu realizar uma pesquisa para gerar números alternativos ao do governo.¹⁴ Esse seria o passo seguinte, contrapor a razão estatal a partir de sua própria lógica ao inserir no *diagnóstico social* categorias de um domínio propriamente ignorado: o da *família*. A ideia era fazer uso do conhecimento que o grupo tinha das pessoas do bairro para tornar pública a situação das famílias diretamente afetadas pela violência e marcadas pelo pesar da saudade, seja pelo luto por parentes mortos ou pela ausência de entes encarcerados.

Foram então constituídas três equipes de jovens formadas por três ou quatro pessoas cada, sendo ao menos uma delas alguém que conhecia melhor as áreas a serem visitadas. O foco seriam as *vísceras do bairro*, becos e ruas considerados os mais precários da região.¹⁵ As visitas foram iniciadas nas casas das mães da saudade já ativas do Grupo Comunidade. Primeiramente, perguntava-se para as mães visitadas quais outras famílias tinham parentes assassinados ou presos. A partir da indicação, faziam-se as visitas subsequentes e realizava-se o mesmo procedimento de solicitar indicações de outras famílias. Num segundo momento, optou-se por incluir as áreas apontadas como mais violentas do bairro. Fazia-se a solicitação da entrevista a moradores conhecidos nas ruas. E assim, foram visitadas 242 casas em 85 ruas de Peixinhos e aplicado um questionário que incluía 15 perguntas semiestruturadas sobre a localização do domicílio, o perfil

14 Interamerican Development Bank. GovernArte Awards Ceremony. 15/01/2014. Disponível em: <<http://www.iadb.org/en/topics/government/9702,9702.html>> Acesso em 22/04/2016. Em 2015, após a morte do governador, o prêmio foi renomeado “Prêmio Eduardo Campos”.

15 Os lugares pesquisados - as *vísceras do bairro* - foram Beira Rio, Cabo Gato, Condor, Giriquiti, Marezão, Sítio dos Arcos, Beco do Luar, Beco do Pavão, Toca do Calango, Detran, Cuzcuz, Favela da Xuxa, Vila das Pedreiras, Areal e Vila da Cohab.

dos residentes (idade e escolaridade, fonte de renda e grau de parentesco com a entrevistada), pessoas da família presas ou assassinadas, informações pessoais do falecido e circunstâncias do crime.

Percebe-se aí um esforço que, até certo ponto, pode ser considerado análogo ao da Gace ao eleger como unidade especial as UDHs da Região Metropolitana, dando assim ênfase ao domínio do social para fazer nascer políticas de prevenção à violência. Mas há algo mais interessante que emerge da pesquisa comunitária – “feita na comunidade pela comunidade” como me foi dito –, muito distante de qualquer “escolha político-burocrática” que a Gace poderia vislumbrar a partir das telas de computador no “coração do sistema”: a ênfase na relação entre os vivos e seus mortos. Nas 242 casas, em meio a lágrimas e abraços com os jovens entrevistadores, foram narradas 180 mortes de entes invocados à lembrança, entre *pais, tios, irmãos, primos, netos, filhos e filhas, companheiros, cunhados, sobrinhos, enteados*.¹⁶ A proporção um corpo, um número não prevalecia na contagem feita pelos jovens, já que muitas vezes os mortos contabilizados em uma casa podiam também aparecer nas narrativas de parentes em casas vizinhas. Se interessava o luto num bairro habitado por parentes, o mesmo morto podia aparecer nos formulários como sobrinho em uma casa e neto em outra. Não se tratava, portanto, da contenção de possíveis duplicações na contagem dos mortos, mas sim da constatação da presença do morto entre seus inúmeros parentes no bairro, na forma de lembranças, narrativas, visões, sonhos, premonições e aparições.

Sem o equipamento e assessoria adequados, muito dificilmente os jovens conseguiriam fazer um mapa que retratasse o luto das famílias e dificilmente os dados coletados tomariam a dimensão das estatísticas produzidas pelo governo do estado. Ainda assim, em sua avaliação final, os jovens do Grupo Comunidade afirmavam que a despeito das dificuldades logísticas e técnicas para a realização da pesquisa, o mais importante na experiência foi a reflexão que esta gerou sobre a “realidade do bairro”, em especial as “discussões políticas sobre as causas sociais mais amplas” da precariedade estrutural do bairro e emocional das famílias (GCASC 2015b:4). Dois aspectos dessa reflexão merecem ser ressaltados.

O primeiro diz respeito à atenção conferida pelos jovens à precariedade estrutural do bairro. Operar uma inflexão no que conta como diagnóstico social - para fazer desviar políticas

16Os jovens contabilizaram 180 mortos, entre os quais: mãe (1), pai (2), padrasto (1), tio (9), irmão (28), irmã (1), companheiro/marido (4), primo (24), cunhado (7), filhos (67), filha (5), neto (7), enteado (1), sobrinho (23). (GCASC 2015b:5). A contagem corroborou as inúmeras estatísticas que apontam para uma maior proporção de vítimas entre jovens negros do sexo masculino, incluindo o diagnóstico inicial do Pacto pela Vida sobre o perfil das vítimas de morte violenta por agressão no estado (PERNAMBUCO 2007:42).

públicas de repressão para de prevenção à violência - não se pauta pela mesma lógica presente nas “escolhas político-burocráticas” da Gace ao cruzar indicadores sociais com a incidência de CVLI para formar mapas temáticos das taxas por UDH, supostamente mais adequados a políticas de prevenção. Tampouco se pauta pela mesma lógica subjacente às já mencionadas elucubrações dos chefes de polícia da Velha República sobre as razões da criminalidade, que tratavam de sanar certa miséria material e existencial por meio da presença disciplinadora do Estado (Villela 2011). O movimento aqui era outro. Reconhecendo a presença dos mortos a partir do luto público e conjunto de jovens e mães, exigia-se de fato a presença do Estado, mas em forma de dívida a ser paga com benefícios e programas sociais que não implicassem a estigmatização e criminalização de seus *meninos* vivos e mortos.

O segundo aspecto da reflexão dos jovens, sobre a precariedade emocional das famílias, nos leva de volta à discussão de Judith Butler mencionada no início deste texto. Como pode o luto transformar os termos de uma política moral materializada em uma máquina de guerra que pretende esmagar o que se toma como as 'forças do mal' – assumam elas a forma de terroristas ou *almas sebosas*? A filósofa parte da ideia de precariedade para pensar políticas que não se baseiem numa noção liberal de sujeito pleno, delimitado, caracterizado pelo pertencimento a certas identidades marcadas por categorias como etnicidade, classe, raça, religião, sexualidade, gênero (2010:137). Parte do problema da vida política contemporânea, diz a filósofa, é que a partir dessa concepção liberal que pauta políticas identitárias, nem todos contam como sujeitos, imprimindo-se valor a certas vidas em detrimento de outras e impondo certa hierarquia da dor.¹⁷ Como todos sabem em Peixinhos, os meninos continuam apanhando na rua e quando alguém está “estiradinho na rua” a ambulância demora horas a chegar. Certas mortes são de interesse apenas para as famílias e os técnicos que devem contabilizá-las.

É preciso, portanto, diz Butler, repensar o que se conta como sujeito, a ser tomado não como substância discreta, mas um conjunto transitivo e ativo de interrelações (2010:147) desfeitas no contato com o outro.¹⁸ Somos constituídos, mas também despossuídos pelas relações, seja na paixão sexual, na dor emotiva ou na ira política:

Vamos encarar. Somos desfeitos uns pelos outros. E se não somos, estamos perdendo algo. Esse parece tão claramente o caso da dor, mas apenas porque já era o caso do desejo. Não se permanece intacto sempre. Pode-se querê-lo, ou consegui-

¹⁷Para uma discussão sobre o assunto a partir da comparação das Madres de Plaza de Mayo e as periferias paulistanas, ver Sanjurjo & Feltran (2015).

¹⁸A produção normativa do sujeito é um processo iterativo – a norma é repetida, e nesse sentido constantemente “rompe” com os contextos delimitados como as “condições de produção” (2010:168). Nesse processo de iteração, busca-se perceber não apenas a constituição do sujeito, mas o desfazimento constante do sujeito que está ligado a outros.

lo por um tempo, mas apesar dos melhores esforços, desfaz-se frente ao outro pelo toque, pelo cheiro, pela sensação, pela perspectiva do toque, pela memória da sensação. (Butler 2006:23-4, tradução minha)

A filósofa chama atenção para o fato de estarmos ligados a outros não apenas por redes de conexão libidinosa, mas também pela interdependência e proximidade não desejadas. Estamos à mercê de outros. As mães são desfeitas por outros que não conhecem: “ele veio aqui no dia que ele morreu, no dia que morreu não, *no dia que mataram ele*” (GCASC 2011j). Butler (2010) propõe pensar as implicações políticas de uma narrativa da persistência corporal derivada da filosofia de Espinosa que enfatize não apenas o desejo produtivo do corpo, mas também a sua vulnerabilidade.¹⁹

Compreende-se aqui o potencial do luto público das mães e da pesquisa dos jovens ao enfatizar as relações de parentesco entre os vivos e mortos. Em 242 casas nas *vísceras do bairro* havia 180 mortos conectados a seus parentes vivos, a seus antigos colegas de escola, de futebol, da rua, do Grupo Comunidade. O reconhecimento da precariedade emocional das famílias reafirma aquilo que nos desfaz, o estar à mercê de uma conectividade não necessariamente desejada.

Não se trata, portanto, de meramente demandar a inclusão de pessoas dentro do que se entende por vida, pois nessa versão o sujeito liberal pleno, delimitado, se mantém. Como diz Butler:

¹⁹Butler (2010) afirma que Deleuze teria indicado essa possibilidade no capítulo “O que pode um corpo?” em seu livro sobre Espinosa e o problema da expressão (Deleuze 1968). O autor argumenta que para Espinosa a questão do que pode um corpo está ligada à natureza e aos limites do seu poder de ser afetado. Segundo Deleuze, a constituição presente de nosso corpo dura e se define pela duração, o estado atual não podendo ser separado de um estado anterior. Haveria uma espécie de elasticidade no modo existente, como se este mudasse de corpo ao sair da infância ou entrar na velhice. Trata-se, diz ele, de variações de um modo existente que dura. Essas variações dependem da maneira pela qual o nosso poder de ser afetado é preenchido naquele momento, isto é, a aptidão do corpo para sofrer ou agir, em razão inversamente proporcional. Se o poder de ser afetado estiver preenchido por afecções passivas, isto é, pelo efeito de um corpo sobre o nosso, esse poder de ser afetado se apresenta como uma força ou potência de sofrer. A proporção das afecções passivas, todavia, varia caso o poder de ser afetado seja preenchido com afecções ativas, isto é, força ou potência de agir. Deleuze é contundente em afirmar que em Espinosa a potência de sofrer não exprime nada de positivo, constituindo a imperfeição ou limitação de nossa potência de agir, que nos separa da nossa essência ou do nosso grau de potência. Percebe-se que há uma importante diferença entre esta proposição e o esforço de Butler em apontar, no luto, certa produtividade no reconhecimento da dor, da vulnerabilidade, da precariedade. É o que parecem dizer tanto a autora quanto os meus interlocutores em Peixinhos ao se contrapor ao Estado com uma espécie de contra estatística. A questão não é simples. De um lado, ao se adotar a perspectiva do autor, poderia se dizer que o envolvimento das mães com o Grupo Comunidade indica não a prevalência de uma afecção passiva (a potência de sofrer), mas uma afecção ativa (uma potência de agir). É verdade que elas afirmam recorrentemente que a dor e o sofrimento as paralisa. De outro lado, ao se adotar o ponto de vista da autora, poderia se dizer que se o circuito da dor orienta e atualiza a memória, e é na memória que se mantém a presença de seus filhos, então não se pode negar que há na dor alguma potência produtiva. Reconheço que para fazer jus à profundidade da discussão, seria necessário redigir outro artigo com esse único propósito. Apenas menciono a discussão brevemente porque a ênfase de Butler no corpo que se desfaz na relação com o outro, tanto no desejo quanto na dor, parece ser útil para pensar o mapa de relações sugerido pelas iniciativas das mães e jovens do Grupo Comunidade. Nem tanto para compreender a presença dos *meninos* por meio da memória e o mapa de seus caminhos, como se verá.

“Pedir reconhecimento, ou oferecê-lo, é precisamente não pedir reconhecimento pelo que já se é. É solicitar um devir, instigar uma transformação, peticionar o futuro sempre em relação ao Outro” (2006:44, tradução minha).

Trata-se de uma mudança nos termos da política, implicada, por exemplo, no esforço da pesquisa comunitária em Peixinhos de substituir os mapas de violência que desenham elipses e manchas para demarcar regiões violentas e populações pobres por mapas de conexões de relações familiares que apreendam a condição geral de precariedade e dependência. As iniciativas das mães de Peixinhos e jovens do GCASC nos convidam a refletir sobre as “escolhas político-burocráticas de classificação, agregação e divulgação das informações” adotadas pelo governo, na medida em que apontam para possíveis mapas de conectividades a partir dos critérios que lá importam – as famílias em luto em relação às quais o Estado estaria em dívida –, em detrimento tanto dos mapas de manchas de Kernel, adequados para “trabalhos de alocação de esforços operacionais” de repressão, quanto dos mapas temáticos das taxas por UDH que identificam o “grau de vitimização da população”. Neste último caso, associam-se taxas de criminalidade a níveis de pobreza, estabelecendo assim determinados tipos de sujeitos sobre os quais incidiriam políticas públicas. Mais frequente, contudo, é que sobre eles recaiam atributos ligados a noções como *alma sebosa*, esta que assombra e condena os *meninos* do bairro.

Se, como se buscou mostrar nesta seção, o luto efetivamente pode se transformar numa força política, ele o faz apenas em conformidade com certa razão estatal, ao pautar as estatísticas não em termos próprios do domínio da demografia econômica, mas naqueles que as mães tomam como sendo do domínio da *família*. É, contudo, na memória das mães que residem outras possibilidades, outras inflexões da política moral que sustenta o par antitético *trabalhador* e *alma sebosa*.

Mães da Saudade e mapas mnemônicos de socialidade

A transformação do luto privado em questionamento político aproxima a experiência das Mães da Saudade de Peixinhos da de grupos de mães que têm denunciado a participação de agentes do Estado em práticas de extermínio, como as Mães do Acari do Rio de Janeiro, as Mães de Maio de São Paulo e as Mães da Dor de João Pessoa (Rodrigues & Sá 2015).²⁰ Ainda que para as mães de Peixinhos não se trate propriamente de culpabilizar agentes do Estado pelo assassinato de seus

20 A lista é, evidentemente, muito maior: “Outros grupos e movimentos, com maiores ou menores problemas de organização e sustentação, também existem em Goiás, Acre, Pernambuco, Paraná, pelo menos. Todas essas experiências, em diversas partes do país, demonstram a natureza nacional do problema da violação de direitos humanos por parte dos agentes de segurança pública” (MOVIMENTO MÃES DE MAIO 2011:77).

parentes, ali também se identifica o que Verdery (1999) chamou de 'vida política dos mortos', estejam seus corpos presentes ou ausentes, como no caso das Madres de Plaza de Mayo da Argentina (Sanjurjo 2013).

Com efeito, uma análise da literatura que aborda o assunto aponta para elementos recorrentes na experiência das mães enlutadas. Machado da Silva (2008) argumenta que a contiguidade territorial com o tráfico de fato provoca uma estigmatização da qual os moradores de certos bairros buscam se distanciar. Os estereótipos atribuídos a eles seriam então, de acordo com Caldeira (2003), reafirmados em relação a outro lugar, “mesmo se esse lugar é o outro lado da rua” (:85). Para a antropóloga, isso se explicaria pelo fato dos “dominados não [terem] um repertório alternativo para pensar a si mesmos e [serem] obrigados a dar sentido ao mundo e à sua experiência usando a linguagem que os discrimina” (loc.cit.). É verdade que muitas mães demonstram o seu inconformismo com a morte dos filhos ao relembrar a qualquer um que as pergunte que seu filho era *trabalhador*. Dona Bete dizia de seu filho Marcelo: “Ele não era errado não”. No entanto, mesmo que se assuma o uso do par antitético 'trabalhador' e 'bandido' como uma reação ao estigma que recai sobre periferias urbanas, cabe uma reflexão mais pausada sobre a presença insistente desse par. Para além de pensá-lo como repetição de repertório dos 'dominantes', há de se atentar para as modulações que ele adquire através de diferentes contextos.

É comum que na literatura, por exemplo, o par 'trabalhador-bandido' apareça a partir de um registro duplo, como classificação auto atribuída entre moradores das periferias urbanas e como classificação do senso comum que recai sobre eles. Em sua obra pioneira, Zaluar (2000 [1985]) argumenta que entre os habitantes da Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, haveria dois sistemas de socialização concorrentes que agiriam simultaneamente na formação dos jovens, tornando-os trabalhadores ou bandidos. As diferenças entre uns e outros são expressas por meio de teorizações nativas pautadas, sobretudo, pela ideia de trabalho: “Para os trabalhadores, o bandido é a pessoa atraída pelo dinheiro fácil, que não quer trabalhar, que tem maus vícios (...). Para o bandido, o trabalhador é um 'otário' que trabalha cada vez mais para ganhar cada vez menos” (:145). Em etnografia mais recente, Feltran (2011) também aponta para a existência de dois mundos coexistentes – do crime e do trabalho – que estabelecem clivagens internas a Sapopemba, na zona leste da cidade de São Paulo. A classificação 'famílias trabalhadoras' versus 'bandidos' passa igualmente pela ideia de trabalho, fazendo com que muitas vezes na mesma família convivam aqueles que optam por um ou outro mundo. Seja como 'sistemas de socialização concorrentes' ou 'mundos coexistentes', ambos autores tratam o par 'trabalhador-bandido' como categorias auto atribuídas ligadas a atividades de geração de renda nos bairros etnografados. Ao mesmo tempo,

apontam para classificações externas, que Zaluar (2000) denomina “identificação trabalhador-bandido inversa, pois vem de fora” (:154). Para Feltran (2011), nos debates públicos e no senso comum 'trabalhador' e 'bandido' se definem por uma disposição de caráter, muito diferente da ideia de escolha individual enunciada por seus interlocutores.

O que 'vem de fora' se vê com força, sobretudo, em etnografias que têm como foco argumentos elaborados por juristas ou jornalistas. Vianna & Farias (2011) mostram como as argumentações tanto da defesa quanto da acusação no julgamento de policiais acusados de extermínio no Rio de Janeiro revolvem em torno da mesma disputa: se eram 'bandidos' e 'traficantes' ou 'honestos' e 'trabalhadores'. Ao se esforçar por provar que a mochila que os filhos usavam no momento da morte era sinal de que eram 'estudantes' e 'trabalhadores' e não 'bandidos', o promotor de justiça sustenta a mesma lógica subjacente à defesa dos policiais, para quem a mochila indicava tráfico de drogas, e o decorrente uso da força sinal de dever cumprido. Analogamente, Leite (2013) chama atenção para o fato de Márcia, uma mãe cujo filho foi morto por policiais, ter sido agraciada com o prêmio “Faz Diferença 2008” do jornal *O Globo*, com base na sua bem sucedida luta em provar que era uma boa mãe de um bom filho, 'trabalhador', assassinado injustamente.

Esses debates de fato mobilizam o par 'trabalhador-bandido', porém não necessariamente nos mesmos termos das pessoas sobre as quais recaem tais classificações.²¹ Que termos são esses é a pergunta que se deve perseguir, sobretudo em uma pesquisa que trata de mães que tiveram seus filhos assassinados e para quem o luto público é vedado. Não é demais lembrar: a pesquisa comunitária dos jovens do Grupo Comunidade mostrou que em apenas 242 casas foram 180 os *meninos* assassinados. Se, como afirma Adalton Marques (2016), o memorial dos mortos é uma baliza importante para seus interlocutores das 'quebradas' de São Paulo e apenas ao se perseguir as teorizações nativas pode-se compreender as transformações vividas por eles, trata-se aqui de atentar para como Dona Neusa, Dona Rosangela, Dona Cleide, Dona Vanda, Dona Josefa e tantas outras situam a vida e a morte dos seus *meninos*.

Ao parar para ouvir o que dizem as mães de Peixinhos, percebe-se que o próprio par assume contornos muito particulares. O substantivo *trabalhador* é em geral contraposto não a outro substantivo – *bandido*, *alma sebosa* – mas a uma ação – *cair*, *passar para entrar* na vida errada ou nas drogas. Dona Neusa conta sobre seu filho Anderson: “aí ele foi preso, *fez coisa errada*, foi o

²¹São muitas as possíveis modulações desse par, a depender da perspectiva de quem o enuncia e das circunstâncias de enunciação. Interessante comparação pode ser feita com as noções de 'ladrão' e 'zé povinho' tratadas por Biondi (2010) e Marques (2014), moduladas a partir de premissas bastante distintas das legalistas.

tempo que ele saiu, veio pra casa, saiu no dia 31 de agosto e no dia 1 de janeiro ele morreu, tinha 17 anos, mas era *trabalhador*” (GCASC 2011d).

Há assim uma diferença entre a iteração de um par antitético que conferiria atribuições negativas ao filho, fortalecendo o estigma que para muitos justificaria a sua morte, e a desestabilização desse par, expressa quando a mãe toma a morte do filho como um efeito de uma ação que se coloca como possível para os jovens do bairro. Dona Rosangela fala sobre Vado, seu filho:

Era um menino bom, era daqui do grupo, ele era atencioso, ajudava todo mundo, mas *entrou no mundo das drogas*, tiraram a vida dele, o motivo certo a gente não sabe. Foi criado, nascido e criado aqui em Peixinhos, todo mundo conhecia ele, gostava dele, ele fazia favor pra todo mundo, mas depois ele *passou pra essa vida errada*, aí tiraram a vida dele. (GCASC 2011k)

Como as mães associam a morte de seus meninos com o “passar pra vida errada”, compreende-se porque nas primeiras discussões entre os jovens do Grupo Comunidade e as mães da saudade foi decidido que era preciso espargir a responsabilidade pelas mortes do um no todo – todo que é nomeado por algumas das mães de forma muito clara, como faz Dona Cleide:

Foi um menino muito sofredor, porque... não tô justificando o caminho que ele escolheu, porque eu não podia dar pra ele o que realmente ele queria que era roupa de marca, devido a essa grande influência do *capitalismo* na vida dos nossos jovens. É roupa de marca, sapato de marca. E os pais muitas vezes ganham um salário e o salário mesmo não tem como suprir uma necessidade dessa. Essa coisa de Miguel ter *procurado outro caminho*, mas era um menino bom, pelo menos pra mim, era um menino respeitador, muitas vezes fui buscar ele na boca, dei nele mesmo, tomei os crack mesmo, tirei onda mesmo. Quando ele me via ele procurava camuflar o máximo a atitude dele. Mas ele nunca chegou aqui na minha casa pra me desmoralizar, desmoralizar meus vizinhos. E Miguel era um menino que se visse uma senhora com um pacote ele queria ajudar, ele limpava mato de alguém, ele era um menino bom nos estudos. Quando ele *começou a se desorientar* ele já tava na 7ª série. (GCASC 2011e)

Um *menino* bom e prestativo como Miguel se desorienta quando procura outro caminho cujo fim é previsto. O próprio filho assassinado de Dona Vanda alertava os irmãos sobre isso: “o seu sonho era ser pedreiro, mas infelizmente escolheu dinheiro fácil, *entrou no mundo das drogas*, se tornou gerente da boca de fumo. Uma coisa que ele sempre falava aos irmãos [era] para não *entrar na vida errada*, pois já sabia qual era o caminho, morte ou prisão” (GCASC 2012b:n.p.).

Há, portanto, caminhos que se abrem para os *meninos* do bairro e desembocam na fatalidade que acomete a família, e outros que se encontram desde sempre fechados, como indica Dona Josefa:

Eu sei que os jovens entram no mundo da droga porque quer, eu vejo cada um bonito que entra lá pra dentro pra comprar droga, mas uns entram porque tá

faltando emprego, a vida muito difícil. Ele nunca teve chance de arranjar um emprego. Foi na cidade botar currículo, ele era muito bonito, mas não conseguiu. Foi procurar os vereadores... nunca teve a chance de arrumar emprego. Não sei se é porque ele não teve estudo, porque até pra varrer o chão tem que ter estudo. (GCASC 2011h)

Ao analista se indaga: como lidar com as falas das mães que constata não atributos, mas caminhos que se abrem e se fecham? Misse (2010) opta por agrupar as respostas que obtêm sobre os motivos que levam ao caminho do crime em “três tipos-ideais de autojustificação: o acaso ou o destino; a escolha racional; e a ‘vontade de...’” (:26). Contudo, alerta o sociólogo, o que importa para a sua análise “não é a entrada, nem mesmo a ‘adesão’ ou a ‘opção’ pelo crime, mas, na sua *reiteração*, tornar-se passível de *incorporação* numa identidade social negativa e sua conseqüente acomodação a um tipo social” (Ibid.:27, grifos originais). O autor reafirma assim a noção de sujeição criminal que englobaria “processos de rotulação, estigmatização e tipificação numa única identidade social, especificamente ligada ao processo de incriminação e não como um caso particular de desvio” (Ibid.:23). Ainda que útil enquanto categoria sociológica englobante, a ideia de ‘sujeição criminal’ tende a obscurecer as modulações do par ‘trabalhador-bandido’, já que se trata de categoria analítica situada no ponto de encontro entre o que ‘vem de fora’ (rotulação, estigmatização) e o que é reiterado pelos próprios atores (incorporação numa identidade), culminando num tipo social particular (tipificação). Volta-se, assim, mais uma vez, para atributos, dessa vez como efeito da própria análise. Para um trabalho atento às teorizações nativas, contudo, o que importa é sobretudo a contínua reiteração da entrada, adesão, opção dos *meninos*. Dos caminhos e não atributos. De sua presença na forma de aparições e lembranças. Da dor que “é sem fim, não termina nunca”.

Como então lidar com o que as mães nos dizem? Ana Claudia Marques (2013) oferece uma resposta ao descrever o que denomina mapa mnemônico de socialidade. No Sertão de Pernambuco, ele é formado pelo conhecimento genealógico que permite que o passado se imponha no presente, ao mesmo tempo em que, ao ser narrado, transforma a maneira como as relações de parentesco são vividas. O seu efeito é visível no constante agrupamento e diferenciação de famílias (Marques 2013:718). Em Peixinhos, não é a labilidade das fronteiras da família que se faz visível, mas o constante trânsito de parentes, o rearranjo que se dá a partir da sua presença ou ausência. Esse mapa mnemônico de socialidade se forma por meio de caminhos que ora se abrem, ora se fecham: um caminho aberto num presente que age pode levar um filho à morte e encerrá-lo no passado; e o passado, por meio da dor e da memória, se impõe ao presente abrindo um novo caminho para que o filho retorne na forma de visões e lembranças.

Isso não acontece apenas com as Mães da Saudade. A presença dos mortos por meio dos sonhos, lembranças, visões e premonições aparece frequentemente na literatura sobre mães enlutadas. Vianna & Farias (2011) comentam em nota que “mães e parentes – sempre mulheres – mencionam também ter sonhos constantes com os mortos” (:107). Uma das mães de maio de Santos, Debora Maria, conta como depois do assassinato de seu filho Rogerio ouviu a sua voz: “Durante 40 dias eu vegetei, acabei me hospitalizando, mais ou menos por 10 dias. Foi quando eu senti ele me dizer: ‘Mãe, se levanta! Seja forte!’” (MOVIMENTO MÃES DE MAIO 2011:25).

Nesse sentido, é interessante notar como a inflexão que o encontro das mães da Saudade com os jovens do Grupo Comunidade traz é, em certa medida, resistida por elas. Uma das jovens já citadas, Jessica, dizia que “O convite era pra falar dos momentos bons vividos com seus filhos, mas elas precisavam e tinham a necessidade de falar da tristeza, do sofrimento, da saudade, do vazio e de relatar os acontecimentos e a forma como se deu a morte.” (GCASC 2011m:n.p.). É patente que em sua interpelação às mães, os jovens busquem desviar a conversa das lembranças dominantes, que Bergson denomina 'pontos notáveis'.

Assim foi na conversa com Dona Cleide. Após mencionar o caminho das drogas e a desorientação de Miguel, Jessica a interrompe e pergunta: “Qual o sonho dele? Sonho que ele queria realizar?” – “Rapaz, o que eu sei, eu lembro muito que ele dizia assim: ‘quando eu tiver minha casa, minha casa vai ser muito organizada. E quando meu filho nascer, não vai faltar nada pro meu filho’.” Alguns instantes depois, Dona Cleide volta ao tema da morte: “Eu tava na articulação de uma vaga pra ele, de um emprego. Um dia após o sepultamento dele foi quando o pessoal ligou dizendo que ele tinha sido aceito, que era pra ele ir lá, mas só que ele já tinha sido sepultado, fazia 24 horas que ele tinha sido sepultado.” (GCASC 2011e).

Por que a volta recorrente à morte? Falar da vida é focar nos atributos do filho: era um *menino* bom, alegre, prestativo, trabalhador. Mas o mapa mnemônico de socialidade que se faz em Peixinhos toma a morte como uma fatalidade que acompanha o caminho errado e não, como o par 'trabalhador-alma sebossa' insiste em indicar, uma predestinação decorrente de um atributo pessoal negativo. Mapa de caminhos, não de manchas condensando atributos.

Emerge aqui algo distinto do que se buscou mostrar nas primeiras partes deste texto, quando se discorreu sobre como o luto público carrega o potencial de mudar os termos da política moral que atravessa os *meninos* em Peixinhos. Tratou-se de evidenciar como o governo do Estado procurou reduzir as taxas de criminalidade com base num sistema de gestão de resultados, acarretando a produção de estatísticas enxutas e a confecção de mapas de violência contendo elipses

e manchas que demarcam regiões violentas (o mapa de manchas de Kernel) e populações pobres em regiões de alta criminalidade (o mapa temático das taxas por UDH). Ainda que um contribuísse para políticas repressivas e outro para políticas preventivas, nenhum conseguia conter os efeitos de suas manchas e elipses: a associação de atributos negativos a moradores da região. A política moral mantinha-se intacta. Contra ela, mães e jovens do Grupo Comunidade, em oposição aos técnicos que continham possíveis duplicações na contagem dos mortos, constatavam a proliferação dos *meninos* assassinados entre seus parentes. Sugeriam, assim, não mapas com elipses e manchas, mas mapas de relações familiares que reconheciam a presença dos *meninos* do bairro, vivos e mortos, e exigiam a presença do Estado em forma de dívida a ser paga com benefícios e programas sociais que não implicassem a sua estigmatização e criminalização. Expunha-se assim a política moral que atravessa os *meninos*, ainda que nos termos de certa razão estatal.

É, contudo, na memória das mães enlutadas, longe de qualquer razão de estado, que desponta uma mudança nos termos da política moral assombrosa que atribui a tantos *meninos* o estigma que os condena à morte. Como se buscou mostrar, a presença dos *meninos* em aparições e lembranças e a insistência em opor *trabalhador* e o *entrar pra vida errada* revelam mapas mnemônicos de socialidade marcados por caminhos que ora se abrem, ora se fecham, não mapas de atributos ou de relações passíveis de se decalcar em documentos. “A dor é sem fim” e é por meio dela que a memória entra em circuito com o presente, esse “inapreensível avanço do passado a roer o futuro” (Bergson 2006:176), garantindo que haja algum caminho aberto para o trânsito e permanência de seus filhos no tempo.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BECKER, H. S. *Outsiders: studies in the Sociology of Deviance*. New York: The Free Press of Glencoe, 1963.

BERGSON, H. *Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BIONDI, K. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BUTLER, J. *Frames of War. When is life grievable?* Londres e Nova Iorque: Verso, 2010 [2009].

_____. *Precarious Life: the Powers of Mourning and Violence*. Londres e Nova Iorque: Verso, 2006 [2004].

CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP; Editora 34, 2003.

CARSTEN, J. Blood Will Out: Essays on Liquid Transfers and Flows. *Journal Royal Anthropological*. Willey, 2013, p. S1-S23.

COELHO, M. C. Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções. *Mana*, v. 16, n. 2, p. 265-285, 2010.

CONDEPE/FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. *Boletim Trimestral da Conjuntura Criminal em Pernambuco*, v.8, n.4. Recife: Agência CONDEPE/FIDEM, 2015.

_____. *Boletim Trimestral da Conjuntura Criminal em Pernambuco*, v.7, n.4. Recife: Agência CONDEPE/FIDEM, 2014.

_____. *Boletim Trimestral da Conjuntura Criminal em Pernambuco*, v.5, n.4. Recife: Agência CONDEPE/FIDEM, 2012.

_____. *Boletim Trimestral da Conjuntura Criminal em Pernambuco*, v.4, n.4. Recife: Agência CONDEPE/FIDEM, 2011.

_____. *Informe Mensal da Conjuntura Criminal em Pernambuco*, v.3, n.12. Recife: Agência CONDEPE/FIDEM, 2010a.

_____. *Boletim Trimestral da Conjuntura Criminal em Pernambuco*, v.3, n.4. Recife: Agência CONDEPE/FIDEM, 2010b.

_____. *Boletim Trimestral da Conjuntura Criminal em Pernambuco*, v.2, n.3. Recife: Agência CONDEPE/FIDEM, 2009.

_____. *Boletim Trimestral da Conjuntura Criminal em Pernambuco*, v.1, n.4. Recife: Agência CONDEPE/FIDEM, 2008.

DELEUZE, G. *Bergsonismo*. São Paulo: Editora 34, 2008 [1999].

_____. *Spinoza et le problème de l'expression*. Paris: Les éditions de Minuit, 1968.

FELTRAN, G. de S. *Fronteiras de Tensão. Política e Violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp; CEM; Cebrap, 2011.

GOFFMAN, E. *Stigma: notes on the management of spoiled identity*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1962.

GRUPO COMUNIDADE COMUNIDADE ASSUMINDO SUAS CRIANÇAS (GCASC). *Projeto Institucional Grupo Comunidade Assumindo Suas Crianças, 2016 a 2018*. Olinda: GCASC, 2015a.

- _____. *Relatório de Pesquisa*. Olinda: GCASC, 2015b.
- _____. *Gravação 1*. Olinda: GCASC, 2012a.
- _____. *Relatório da Equipe de Jovens: Projeto Mães da Saudade*. Olinda: GCASC, 2012b.
- _____. *Gravação 4*. Olinda: GCASC, 2011a.
- _____. *Gravação 5*. Olinda: GCASC, 2011b.
- _____. *Gravação 8*. Olinda: GCASC, 2011c.
- _____. *Gravação 9*. Olinda: GCASC, 2011d.
- _____. *Gravação 12*. Olinda: GCASC, 2011e.
- _____. *Gravação 14*. Olinda: GCASC, 2011f.
- _____. *Gravação 15*. Olinda: GCASC, 2011g.
- _____. *Gravação 18*. Olinda: GCASC, 2011h.
- _____. *Gravação 19*. Olinda: GCASC, 2011i.
- _____. *Gravação 24*. Olinda: GCASC, 2011j.
- _____. *Gravação 28*. Olinda: GCASC, 2011k.
- _____. *Relatório da Coordenação do Projeto Mães da Saudade*. Olinda: GCASC, 2011l.
- _____. *Relatório da Equipe 1 de Jovens: Projeto Mães da Saudade*. Olinda: GCASC, 2011m.
- _____. *Relatório da Equipe 2 de Jovens: Projeto Mães da Saudade*. Olinda: GCASC, 2011n.

HECHT, T. *At home in the street: street children of Northeast Brazil*. Cambridge; Nova York: Cambridge University Press, 2008 [1998].

KOURY, M. G. P. Pela consolidação da sociologia e da antropologia das emoções no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 3, p. 841-866, Dez. 2014.

LEITE, M. P. Dor, sofrimento e luta: fazendo religião e política em contexto de violência. *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 15, n. 19, p. 31-47, Jul/Dez 2013.

MACHADO DA SILVA, L. A. (org.). *Vidas sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARQUES, A. Quando outras “cenas” entram em ação: Considerações de moradores sobre transformações em periferias de São Paulo. *Anuário Antropológico*, v.41, n.1, p. 173-201, 2016.

_____. *Crime e proceder: um experimento antropológico*. São Paulo: Alameda, 2014.

MARQUES, A. C. Founders, ancestors, and enemies: memory, family, time, and space in the Pernambuco sertão. *Journal of the Royal Anthropological Institute* (N.S.), v. 19, p. 716-733, 2013.

MISSE, M. A categoria “bandido” como identidade para o extermínio. Algumas notas sobre sujeição criminal a partir do caso do Rio de Janeiro. In: Barreira, C.; Sá, L.;

AQUINO, J. P. (orgs.). *Violência e Dilemas Civilizatórios: as práticas de punição e extermínio*. Campinas: Pontes Editores, 2011, pp. 31-57.

_____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, São Paulo, v. 79, p. 15-38, 2010.

MORAWSKA VIANNA, C. Cooperação internacional católica: entre a política dos movimentos sociais e o ativismo da fé em ação. *Religião & Sociedade*, v. 35, p. 213-248, 2015.

_____. *Os Enleios da Tarrafa: etnografia de uma relação transnacional entre ONGs*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MOVIMENTO MÃES DE MAIO. *Mães de Maio: do luto à luta*. São Paulo: Movimento Mães de Maio, 2011.

PAULA, Zuleide de. *Peixinhos: um rio por onde navegam um povo e suas histórias*. Recife: Magis, 2009.

PERNAMBUCO. *Pacto pela vida: Plano Estadual de Segurança Pública*. Recife: 2007.

RATTON, J.L.; GALVÃO, C.; FERNANDEZ, M. *O Pacto pela Vida e a redução de homicídios em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2014.

REZENDE, C. B.; COELHO, M. C. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

RODRIGUES, H. S. J.; SÁ, L. D.. Coração de mãe é terra que ninguém anda. Um estudo das redes, “tramas” e conflitos de mães em luto nas favelas à beira-mar. *Revista Brasileira da Sociologia da Emoção*, v. 14, n. 40, abril de 2015, p. 37-45.

SANJURJO, L. *Sangue, Identidade e Verdade: memórias sobre o passado ditatorial na Argentina*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2013.

SANJURJO, L.; FELTRAN, G. Sobre lutos e lutas: violência de Estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos. *Ciência & Cultura*, v. 67, p. 40-45, 2015.

SAURET, G. V. Introdução. In: SAURET, Gerard Viader (org.). *Estatística pela vida: a coleta e análise de informações criminais como instrumentos de enfrentamento da violência letal*. Recife: Bagaço Design, 2012a.

_____. Inovações na contagem de homicídios: implantação da pulseira de identificação de cadáver. In: SAURET, Gerard Viader (org.). *Estatística pela vida: a coleta e análise de informações criminais como instrumentos de enfrentamento da violência letal*. Recife: Bagaço Design, 2012b.

_____. Políticas de contagem de homicídios no Brasil: os casos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco. In: SAURET, Gerard Viader (org.). *Estatística pela vida: a coleta e análise de informações criminais como instrumentos de enfrentamento da violência letal*. Recife: Bagaço Design, 2012c.

SAURET, G., TINÉ, M, FARIAS, E. “Correlacionando violência e indicadores sociais no Recife: qual a melhor unidade espacial de análise?”. In: SAURET, Gerard Viader (org.). *Estatística pela vida: a coleta e análise de informações criminais como instrumentos de enfrentamento da violência letal*. Recife: Bagaço Design, 2012.

VERDERY, K. *The Political Lives of Dead Bodies: reburial and postsocialist change*. New York: Columbia University Press, 1999.

VIANNA, A.; FARIAS, J.. A Guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, v. 37, Julho-Dezembro 201, p.79-116.

VILLELA, J. Os vivos, os mortos e a política no sertão de Pernambuco. *Revista de História*, n. 173, jul-dez 2015, p. 329-358.

_____. *Ordem pública e segurança individual. Política e polícia no sertão de Pernambuco*. São Carlos: EDUFSCar, 2011.

ZALUAR, A. *A Máquina e a Revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000 [1985].